

Órgão de economistas acusa a dívida externa

O Conselho Federal de Economia (CFE), que representa economistas de todo o País, entende que o déficit público não pode ser responsabilizado pela inflação nem por suas consequências. Em documento encaminhado ao presidente José Sarney e aos ministros da área econômica, manifesta este pensamento e garante que a questão central dos problemas econômicos brasileiros reside na dívida externa. O CFE diz também que é indispensável que o Congresso assuma, imediatamente, a iniciativa da renegociação da dívida externa, bem como de uma reforma financeira. A íntegra do documento é a seguinte:

"Os economistas brasileiros, representados pelo Plenário do Conselho Federal de Economia e pelos Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia, reunidos em Brasília, vêm a público reconhecer que, do ponto de vista político-institucional, têm ocorrido avanços significativos na restauração da Ordem Democrática.

"No entanto, em relação ao reordenamento econômico — fundamental para garantir a estabilidade da ordem democrática — permanecem as graves preocupações que, há muito, vêm dominando as discussões e manifestações dos economistas na sociedade brasileira.

"No momento em que começa a tomar forma a política econômica do atual governo, com a exposição do ministro da Fazenda no Congresso Nacional, cumpre ressaltar a importância de que sejam amplamente debatidos os fundamentos em que se assenta tal política.

"O interesse público impõe que o Congresso Nacional seja o local privilegiado desses debates.

"É indispensável que as discussões e decisões do Congresso Nacional tenham como ponto de partida o questionamento dos diagnósticos em que se baseiam as alternativas de política econômica a serem adotadas, bem como suas implicações a longo prazo, para evitar que a ação do Parlamento seja reduzida à escolha de aspectos parciais, previamente definidos.

"Constatamos, com perplexidade, que o diagnóstico oficial da crise econômica continua privilegiando a questão do déficit público e das empresas estatais.

"Para a opinião pública, tem sido sistematicamente veiculada a idéia básica de que o déficit público é a causa principal da inflação. Nessa linha de argumentos, o corte dos gastos públicos e a elevação dos impostos surgem como medidas prioritárias, mantendo-se a tônica de uma política recessiva.

"Contudo, o déficit público não pode ser responsabilizado pela inflação, porque tanto o déficit quanto a inflação, na verdade, são resultantes do processo de excessivo endividamento externo conjugado

com uma política monetária indutora da especulação financeira.

"Por conseguinte, ao invés de orientar a política econômica no sentido do corte dos gastos públicos e do aumento da carga tributária — o que implica agravamento do processo recessivo, com riscos de novas pressões inflacionárias — deveriam estar sendo encaminhadas, com urgência, a reforma financeira e a renegociação da dívida externa, subordinadas, ambas, aos objetivos de crescimento, emprego e distribuição de renda.

"Em relação às empresas estatais, é preciso ter presente:

a) seu papel histórico no processo de desenvolvimento e na afirmação da soberania nacional;

b) a distinção entre as estatais do setor produtivo, que são auto-suficientes, e as de caráter social, mantidas com recursos fiscais;

c) a estreita vinculação da dívida das estatais do setor produtivo com a captação de dólares, forçada pelos governos anteriores, para rolagem da dívida externa;

d) as consequências recessivas do corte no orçamento das estatais do setor produtivo, com o risco adicional de levá-las à desestruturação.

"Portanto, a política econômica, em relação às estatais, deve ter como eixo central o saneamento do seu passivo financeiro, o que remete, novamente, à reforma financeira e a um novo tratamento na renegociação da dívida externa.

"Aliás, só esse tratamento será capaz de reduzir as taxas de juros, o patamar inflacionário e os desequilíbrios das contas governamentais.

"Assim sendo, concluímos que:

1º) os objetivos essenciais de política econômica da Nova República devem ser a retomada do crescimento, a expansão do emprego e a redistribuição de renda;

2º) os instrumentos estratégicos para a realização desses fins são a renegociação soberana da dívida externa e a imediata reforma financeira;

3º) o Congresso Nacional deve assumir imediatamente a iniciativa no tratamento da reforma financeira, da renegociação da dívida externa e da política de controle inflacionário, livrando-se do entulho autoritário que o marginaliza das decisões de política econômica e que as retém no âmbito restrito da tecnocracia."